

**A HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA DA EDUCAÇÃO:  
BALANÇO DA PRODUÇÃO RECENTE (2008-2010)**

*The portuguese historiography of education: review of recent production (2008-2010)*

Joaquim Pintassilgo<sup>1</sup>  
Maria João Mogarro<sup>2</sup>

**RESUMO**

O presente artigo tem por finalidade realizar um balanço da produção historiográfica portuguesa recente no campo da História da Educação. O *corpus* analisado incluiu os livros publicados em Portugal entre 2008 e 2010, constituindo uma espécie de amostra da produção portuguesa. A organização do texto articula duas lógicas: um roteiro temático e a sequência de resenhas críticas elaboradas. A seleção de temas e ideias representa a nossa perspectiva muito particular. No conjunto das obras analisadas, destacam-se os estudos sobre a história das disciplinas escolares, sobre a história da profissão docente e da formação de professores e sobre a construção da modernidade escolar em Portugal. Os referidos estudos dão conta de uma comunidade que busca compreender a historicidade dos processos e formas de escolarização em diálogo intenso com outras comunidades.

**Palavras-chave:** historiografia, fontes, modernidade escolar.

**ABSTRACT**

This article aims at taking into account the recent Portuguese production in the field of History of Education. The *corpus* analyzed included books published in Portugal between 2008 and 2010, constituting a sort of sample of Portuguese production. The organization of the text articulates two approaches: a thematic guide and a sequence of critical reviews. The selection of themes and ideas represents our own perspective. In all the analyzed works stand out the studies on the history of school subjects, history of teaching profession and teacher education and about the construction of modern school in Portugal. These studies show a community that seeks to understand the historical processes and forms of schooling in intense dialogue with other interpretative communities.

**Keywords:** historiography, sources, school modernity.

O presente artigo tem por finalidade realizar um balanço da produção historiográfica portuguesa recente, concretamente no campo da História da Educação. Seleccionámos, para tal, os três últimos anos, relativamente ao momento da sua escrita, ou seja, o período situado entre 2008 e 2010. Assumimos a opção, discutível como todas,

---

<sup>1</sup> Professor e investigador do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, doutor em História pela Universidade de Salamanca e autor de obras diversas na área de História da Educação, designadamente sobre história das disciplinas escolares, história da profissão docente ou o republicanismo português. E-mail: japintassilgo@ie.ul.pt

<sup>2</sup> Professora e investigadora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, doutora em História da Educação pela Universidade de Lisboa e autora de várias obras sobre História da Educação, formação de professores, património cultural ou a educação no Portugal salazarista. E-mail: mjmogarro@ie.ul.pt

de nos concentrarmos nos livros publicados durante este período, deixando de parte, para outra ocasião, outro tipo de produções, como artigos publicados em revistas ou as actas de congressos, nacionais ou internacionais, realizados nos últimos anos. Ainda que uma parte dos livros abordados resulte de trabalhos académicos, designadamente teses de doutoramento, optámos por retirar da nossa análise aqueles que não conheceram, pelo menos até ao momento, publicação editorial. O *corpus*, que inclui tanto obras individuais como colectivas, acaba por representar uma espécie de amostra da produção portuguesa. A organização do texto articula duas lógicas: um roteiro temático e a sequência de recensões críticas elaboradas, tendo em vista a apresentação da referida produção em contexto internacional. A selecção de temas e ideias alvo de comentário representa a nossa perspectiva muito particular, podendo não expressar o conjunto da obra ou a intenção dos autores. É uma leitura, entre outras, pela qual assumimos a responsabilidade.

### 1. Novos olhares sobre a história das disciplinas escolares

A história das disciplinas escolares é, seguramente, uma das mais dinâmicas linhas de pesquisa no panorama português dos anos recentes, como se pode ver pelas teses e dissertações em elaboração ou pelos artigos e comunicações que têm sido alvo de apresentação pública. Num balanço efectuado há alguns anos (PINTASSILGO, 2007) já se vislumbravam alguns dos caminhos que poderiam ser seguidos, designadamente o alargamento das disciplinas em investigação, os novos usos de fontes tradicionais, como os manuais escolares, a diversificação do leque de fontes, passando a incluir, por exemplo, as fontes orais e materiais, uma atenção particular aos actores da história das disciplinas (professores, autores de manuais, metodólogos, etc.) e respectivos percursos biográficos ou, ainda, um maior esforço de aproximação ao currículo efectivamente implementado. Os anos recentes assistiram, na verdade, ao desenvolvimento de algumas das perspectivas enunciadas, quase todas elas resultantes de trabalhos académicos.

É o caso da obra *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar história (1947-1974)*, da autoria de Raquel Pereira Henriques (2010), uma tese de doutoramento defendida em 2008 na Universidade Nova de Lisboa e publicada dois anos depois com a chancela da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. O principal objecto de estudo é constituído pelos professores de história num período de cerca de três décadas que vai da reforma de 1947 do ensino liceal aos anos subsequentes ao 25 de Abril de 1974. O complexo contexto político e educativo de então surge bem traçado neste estudo, bem como as suas implicações no ensino da história, a partir da análise dos documentos legais que o enquadravam. As preocupações com o presente do ofício de ensinar caracterizam, igualmente, o texto da autora, que busca no passado elementos para uma melhor compreensão desse presente. As duas partes nucleares, e mais inovadoras, deste trabalho são, no entanto, as que se referem à formação de professores de história e às suas práticas educativas.

Em relação à formação de professores, a autora utiliza, em particular, documentação existente no arquivo e biblioteca do antigo Liceu Normal (actual Escola Secundária) de Pedro Nunes, designadamente trabalhos de estágio e conferências pedagógicas, e nos

arquivos históricos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e da Universidade de Coimbra, neste caso, em especial, livros de sumários. Como é sabido, o modelo de formação vigente entre 1930 e os anos 70 tinha por base uma divisão clara entre a chamada “cultura pedagógica”, proporcionada, em geral, pelas secções de Ciências Pedagógicas das Faculdades de Letras, e a “prática pedagógica” desenvolvida em Liceus Normais (em Coimbra, Lisboa e, finalmente, no Porto). A análise dos sumários das disciplinas teóricas leccionadas em contexto universitário permitiu-lhe, com as limitações que esse tipo de fonte contém, aproximar-se dos conteúdos ensinados por professores como Delfim Santos e Émile Planchard, entre outros, e, também, dos problemas organizacionais que atingiam essas aulas (elevado número de alunos de todas as áreas, ensino expositivo, etc.).

Ainda mais interessante, pela maior riqueza das fontes, é a reflexão promovida sobre a organização e funcionamento do estágio. Sob a orientação de professores metodólogos, por área disciplinar, os estagiários assistiam a aulas destes, planeavam e desenvolviam actividades lectivas, para além de participarem na vida do estabelecimento e de dinamizarem outras actividades para a comunidade educativa. Os relatórios e trabalhos de estágio dão conta das práticas educativas consideradas legítimas, mas também de alguns esforços de inovação, de alguma maneira permitidos (e, por vezes, incentivados) num ambiente experimental como era o do Liceu Normal. O estágio, não remunerado e de dois anos até ao final dos anos sessenta, ao qual se acedia por um selectivo exame de admissão, tinha como ritual de finalização o emblemático exame de estado.

Na parte seguinte do seu trabalho Raquel Henriques desenvolve uma interessantíssima reflexão sobre as práticas educativas dos professores de história, tendo por base cerca de sete dezenas de relatórios de professores, agregados e auxiliares, elaborados entre 1947 e 1969 na sequência do estabelecido pelos dispositivos legais. Se a aproximação às práticas que esses documentos, destinados à inspecção, permitem é complexa e discutível, também é verdade que eles nos possibilitam alguma aproximação à interpretação que os professores fazem da sua prática, muitas vezes num discurso contido, mas, também, por vezes, curiosamente desassombrado. Instrumento, à partida, de controlo dos professores, os relatórios acabam por servir a estes, de algum modo, como veículo de expressão das suas próprias representações sobre o que é ser professor de história. Em ambas as partes referenciadas, a autora recorre a outros dois tipos de fontes, que se mostraram de particular riqueza: os testemunhos orais de sete professores de história e os arquivos pessoais de dois deles. Complementarmente, recorre, igualmente, à imprensa de educação e ensino. Trata-se, num balanço final, de um trabalho que dá um contributo relevante para abrir novas pistas à pesquisa histórica sobre as disciplinas escolares.

A obra de Lúcia Penim (2011), *A alma e o engenho do currículo. História das disciplinas de Português e de Desenho no ensino secundário do último quartel do século XIX a meados do século XX*, de novo uma co-edição da Fundação Calouste Gulbenkian e da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foi inicialmente, como a anterior, uma tese de doutoramento, apresentada, neste caso, à Universidade de Lisboa. Esta obra procura também seguir, ainda que por outras vias, os caminhos da originalidade, a começar pela opção de estudar duas disciplinas em simultâneo, tendo em conta, para mais, a

sua concretização tanto ao nível do ensino liceal como do ensino técnico profissional. Para além de recorrer a alguns dos mais conhecidos teóricos da história das disciplinas escolares, como André Chervel ou Ivor Goodson, para pensar a sua relativa autonomia, a construção social de que decorrem ou as disputas por legitimidade que as ocupam, Lígia Penim convoca uma outra tradição, que vai de Michel Foucault a Thomas Popkewitz, para reflectir sobre a dimensão disciplinar, ainda que noutra sentido, das disciplinas escolares. Nesta óptica, o conhecimento inscrito nas disciplinas incorpora um conjunto de regras e padrões que vão definindo a maneira como nós pensamos, agimos, sentimos e falamos, para além do nosso olhar sobre o mundo e sobre nós próprios. Esse conhecimento transforma-se, assim, numa “tecnologia disciplinar”, numa forma de “regulação social”, e visa o “governo da alma” mas também o “governo do corpo” dos educandos. O capítulo inicial do trabalho inclui uma reflexão sobre o conceito de modernidade, em articulação com uma delimitação temporal que procura captar a construção (moderna) do currículo do ensino secundário, na sequência, em particular, da reforma de Jaime Moniz, mas, também, a modernidade de uma dicotomia que procura dar conta da construção de duas noções (modernas), a de nação e a de indivíduo, dicotomia esta que constitui uma linha de rumo que percorre todo o texto, ao articular-se com as duas disciplinas alvo de análise.

A principal fonte de Lígia Penim foi constituída por manuais escolares, livros de leitura e selectas literárias, no caso do português, e compêndios, no caso do desenho. A rigorosa análise a que a autora procedeu teve em linha de conta a materialidade das obras e a sua relação com os conteúdos de ensino mas, também, as práticas educativas para que remetiam os professores ou que estimulavam nos alunos. Em qualquer dos casos, procura-se averiguar o modo como uma e outra das disciplinas, por formas, com pesos e periodizações diferenciadas, contribuíram para a construção da identidade nacional, a par da sua própria identidade disciplinar, seja pela definição de um “cânone” marcado pelos referentes literários e culturais da nação, seja pelo contributo para o aperfeiçoamento técnico e para o desenvolvimento económico. Por outro lado, ambas as disciplinas, embora mais o desenho, em particular a partir das reformas de 1947-48, deslocam um pouco o seu enfoque, para se concentrarem também na constituição dos indivíduos e na livre expressão do seu “eu”, através, por exemplo, do chamado “desenho livre”. Embora com menor visibilidade, a literatura não deixa de ser vista como podendo potenciar percursos auto-reflexivos dos jovens ao interagirem com as suas manifestações e, assim, conduzirem-se no sentido de um amadurecimento emocional e axiológico, mesmo que controlado.

Um outro elemento diferenciador da obra de Lígia Penim é a importância nela atribuída aos “autores” de selectas e compêndios. As abordagens biográficas servem-lhe para procurar resposta para perguntas como as seguintes: como se chega a autor de manuais? Que percurso vital e profissional torna isso possível? A construção de uma dada legitimidade autoral não surge do acaso, conhecendo, igualmente, vias diferenciadas. Torna-se necessária uma determinada posição de pertença (a um grupo disciplinar e a um subsistema de ensino), mas, particularmente, a aquisição de um certo prestígio, junto dos poderes e da classe, proveniente do desempenho de cargos e funções particulares ou da publicitação das suas ideias por via da imprensa pedagógica. É essa tese que conduz a

autora à análise das razões que ditaram a fraca presença feminina nessa condição autoral. Mesmo assim, estuda os casos de três “autoras” e as condições que permitiram essa excepcionalidade, por via da apropriação que fizeram dos mecanismos de reconhecimento.

Foi também no âmbito de um trabalho académico que Helena Isabel Mercês Palma (2008) desenvolveu uma investigação sobre *A Matemática na Escola Primária: um olhar sobre o ensino da Matemática nas escolas portuguesas desde o final do séc. XIX até à década de 70 do séc. XX*. Esta dissertação de Mestrado, defendida na Universidade de Lisboa, veio depois a ser publicada pela Associação de Professores de Matemática e centra-se no estudo do ensino da matemática na escola primária, integrando-se no universo epistemológico da história do currículo e das disciplinas escolares. De forma exemplar, a autora debruçou-se sobre um tema relativamente ao qual não existiam praticamente investigações anteriores, na perspectiva diacrónica, contribuindo para iluminar um campo que tem permanecido silenciado e oculto. Abarcando um arco temporal longo, ela detectou continuidades e rupturas ao nível dos conteúdos, dos tipos de materiais didácticos utilizados e das correntes pedagógicas que estiveram subjacentes às opções programáticas e à implementação do ensino elementar da matemática no decurso dos anos que balizam o estudo. O *corpus* documental utilizado nesta investigação foi constituído pela legislação relativa ao ensino primário (reformas, planos de estudo, programas de matemática), promulgada no período considerado, assim como por 919 artigos sobre o tema publicados em dois periódicos pedagógicos, a *Educação Nacional* (1896-1976) e a *Escola Portuguesa* (1934-1976). A extensa lista de fontes, assim como a bibliografia, permitem uma ideia exacta da investigação desenvolvida e dos conhecimentos mobilizados; por seu lado, os anexos apresentam quadros detalhados, com a síntese da legislação consultada, a análise dos programas do ensino primário publicados entre 1882 e 1974/1975, a síntese dos conteúdos dos programas relativamente à numeração e às operações sobre números inteiros e os materiais didácticos que foram referenciados nos artigos da imprensa pedagógica.

A rigorosa análise da documentação permitiu evidenciar um predomínio da disciplina de *Aritmética* nos programas, a que se juntou, progressivamente, o *Sistema Métrico* e a *Geometria*, até que em 1974/1975 passa a ser utilizado o termo Matemática. Por seu lado, as indicações metodológicas e didácticas remeteram para uma utilização crescente e diversificada de materiais manipuláveis no ensino activo da matemática, que vão dos primeiros ábacos ao material Cuisenaire e a outros materiais estruturados dos anos sessenta, passando pelas colecções de objectos, caixas métricas e diversos artefactos didácticos em momentos históricos específicos, identificados neste percurso. Face à pobreza de meios das escolas, os professores eram incentivados a construir os materiais necessários com os seus alunos. Estas preocupações com o ensino activo têm uma expressão significativa também na imprensa pedagógica que, por outro lado, critica a vertente clássica dominante que apelava tão só à memória. Os artigos escritos por pedagogos e professores expressavam também claramente a vinculação a uma leitura católica da Educação Nova, levada a cabo pelos pedagogos do Estado Novo, que se inspiraram nos princípios didácticos desta corrente para sustentar o seu discurso profissional sobre a área disciplinar da Matemática. A complexificação crescente do ensino e a apertada tutela que

sobre ele o Estado Novo exerceu evidenciam outra dimensão: a permeabilidade do espaço matemático pelos valores que o regime queria inculcar, incentivando a comemoração de factos históricos, o culto do chefe e a valorização da ruralidade, numa arquitectura discursiva que deixa “bem claro que o *intuito patriótico supera a preocupação didáctica*” (p.146).

A autora deixa algumas palavras finais sobre a narrativa que construiu sobre o ensino da matemática nas escolas primárias portuguesas, realçando a diversidade de fontes e de agentes educativos que as produziram, falando de diferentes lugares do sistema e revelando experiências diversas. Sublinha, significativamente, que com o seu estudo não traçou “o que verdadeiramente acontecia no espaço da sala de aula” (p.148), mas que executou um exercício rigoroso e imparcial para se aproximar dessa realidade, tendo com esse processo intelectual e de investigação adquirido uma nitidez de contornos e pormenores sobre a mesma, que cada leitor pode encontrar neste livro.

Finalmente, ainda neste ponto, não queremos deixar de chamar a atenção para a obra colectiva *A História das disciplinas escolares de Matemática e de Ciências - contributos para um campo de pesquisa*, organizada por Joaquim Pintassilgo, Anabela Teixeira, Carlos Beato e Isabel Cristina Dias e publicada pela Escolar Editora (PINTASSILGO et al., 2010). Esta obra propõe-se, entre outros objectivos, fazer o balanço da investigação, portuguesa e internacional, na área da história das disciplinas escolares, em particular no que se refere aos casos da Matemática e das Ciências Físicas e Naturais; reflectir acerca dos contributos teóricos desenvolvidos tendo em vista a fundamentação da pesquisa; recensear o conjunto cada vez mais amplo e diversificado de fontes disponíveis para o enriquecimento da investigação neste campo. Procura-se, neste contexto, chamar a atenção para a importância decisiva tanto de uma fundamentação teórica adequada e diversificada como de um rigoroso trabalho de arquivo, algo que se mantém como traço distintivo do fazer historiográfico. O livro aborda, entre outros, os seguintes temas: processo de integração curricular e lugar no currículo das disciplinas de Matemática e de Ciências; conteúdos programáticos e manuais escolares; práticas pedagógicas desenvolvidas; perfil profissional dos professores de Matemática e de Ciências; trabalhos de alunos e apropriação dos saberes escolares; objectos materiais e espaços associados às actividades das disciplinas.

## 2. Estudos sobre a profissão docente e a formação de professores

Os professores e a sua formação têm continuado a merecer a atenção de alguns dos investigadores portugueses. Um exemplo é a colectânea *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores. Arquivo, História e Memória*, organizado por Joaquim Pintassilgo e Lurdes Serrazina (2009) e editado pela Colibri. Este livro junta um conjunto de textos resultantes de pesquisas diversas sobre a Escola Normal Primária de Lisboa, depois Escola do Magistério Primário e, actualmente, Escola Superior de Educação. Uma parte dos textos decorre da colaboração, desenvolvida no âmbito de projectos académicos, entre investigadores portugueses e brasileiros, a qual expressa o intercâmbio que, nos últimos anos, tem envolvido ambas as comunidades científicas. Os referidos textos analisam algumas das dimensões que caracterizaram historicamente a vida da escola e definiram

a sua cultura própria, como a relação com as políticas educativas, as transformações curriculares, as alterações nos modos de direcção, a origem social dos alunos (alunas, maioritariamente), os ideais profissionais difundidos, as publicações dinamizadas ou a memória dos actores. Uma atenção muito particular foi dada à rica documentação de arquivo que a escola alberga, tendo em vista a sua preservação e valorização.

Mais recentemente, outro livro colectivo, *A Formação de Professores em Portugal*, da autoria de Joaquim Pintassilgo, Maria João Mogarro e Raquel Pereira Henriques (2010), editado igualmente pela Colibri, procura traçar, para o caso português, o percurso histórico da formação de professores, tanto ao nível do ensino primário como ao nível do ensino secundário. O olhar histórico sobre as instituições de formação de professores, aqui esboçado, na tentativa de caracterizar os modelos de formação que lhes estavam subjacentes, teve em vista um aprofundamento da reflexão sobre algumas das grandes questões que atravessam, na longa duração, a formação de professores e com que esta se continua a confrontar, designadamente: a articulação entre as diversas componentes da formação e o papel de cada uma delas; a interacção entre a teoria e a prática; a relação entre os saberes de referência e as disciplinas curriculares; o enquadramento institucional desejável para a formação; a organização do estágio profissional; o papel dos respectivos orientadores; as competências que deverão ser desenvolvidas nos candidatos a professores, bem como a selecção destes. Uma reflexão lúcida e aprofundada sobre as respostas possíveis a estas (e outras) perguntas é, cremos, uma condição fundamental para a implementação, hoje como ontem, de uma formação de professores equilibrada, eficaz e de qualidade, simultaneamente no plano científico, pedagógico e humano.

Em meados de 2009, António Nóvoa publicou *Professores: Imagens do futuro presente*, na editora Educa, onde retoma algumas das suas ideias sobre os professores e a sua formação, recolocando-as no contexto actual e projectando os caminhos que, no futuro, poderão ser trilhados neste domínio. No texto inicial, considera que os professores ocupam de novo um lugar de grande relevância pública, reclamando a necessidade de encontrar novos caminhos para a sua formação. Esta deve estar mais próxima da realidade, desenvolvendo-se em contacto directo com os professores e educadores experientes e no seio de grupos que formem verdadeiras *comunidades de prática*, num exercício comprometido com a pesquisa e a inovação. Será assim possível encontrar novas formas para afirmar a profissão, que tem ficado submersa entre o “excesso dos discursos” e a “pobreza das práticas”. Nestes termos, a formação de professores deve ser construída dentro da profissão e a escola deve ser o lugar dessa formação, “como espaço de análise partilhada das práticas, enquanto rotina sistemática de acompanhamento, de supervisão e de reflexão sobre o trabalho docente” (p. 38). A escola é hoje apenas um pólo (muito importante) de uma rede de instituições que devem assumir a responsabilidade de educar e formar as crianças e os jovens. É com este estatuto, talvez modesto, que a escola reassumirá a sua credibilidade, valorizando e centrando-se no que é “especificamente escolar” e deixando para as outras instituições as funções que não são as suas, embora a sociedade lhe tenha solicitado, nos últimos anos, que resolva (quase) todos os problemas sociais. Desta forma, desenha-se o novo espaço público da educação, devendo celebrar-se um novo contrato entre os professores e a sociedade, consagrando a definição de tarefas

educativas e no qual os professores devem assumir uma nova capacidade de comunicação e um reforço da sua presença pública. Neste contexto, o “bom professor” ganha relevância, definindo-se em função de cinco facetas: conhecimento, cultura profissional, tacto pedagógico, trabalho em equipa e compromisso social.

A escola desenvolveu-se no último século por via do *transbordamento*, acumulando missões e conteúdos e tomando como uma das suas principais referências o discurso da cidadania. Esta foi a via da modernidade escolar, mas a contemporaneidade escolar define-se pelo seu oposto, pelo *retraimento*. A proposta de *retraimento* que António Nóvoa aqui faz exige esse novo espaço público da educação, em que a escola é um dos pólos de uma rede educadora, devendo *retrair-se* sobre o que lhe é específico, próprio, com particular atenção “aos rituais e às regras, às rotinas e aos processos formais de decisão” (p. 63); uma escola cidadã, que se afirma como uma sociedade, não como uma comunidade, dentro da tradição defendida por António Sérgio. A incomodidade destes apontamentos culmina no último texto/capítulo, em que o autor revisita três tempos históricos (1870, 1920 e 1970) e as questões que eles suscitam, para, a partir delas, abrir possibilidades de “evoluções contraditórias dos sistemas educativos” (p. 69), projectando o futuro. Um futuro que se constrói substituindo a homogeneidade e a rigidez pela diferença e a mudança, o *transbordamento* por uma nova concepção de aprendizagem e o alheamento da sociedade pelo reforço do espaço público da educação.

### 3. O Estado e a construção do sistema de ensino: liceus e escolas técnicas

No ano de 2009 surgiu a colecção “O Estado e a Educação - Sécs. XVIII a XX”, dirigida por Jorge Ramos do Ó, e que publicou dois dos trabalhos apresentados na Conferência Internacional com o mesmo título, realizada na Fundação Calouste Gulbenkian, em Junho desse ano. O primeiro número desta colecção incidiu sobre o *Ensino Liceal (1836-1975)*, com CD-ROM anexo, da responsabilidade de Jorge Ramos do Ó. Retomando algumas das ideias que têm marcado as suas investigações, o autor traça o percurso do ensino liceal em Portugal, situando-se inicialmente nos colégios de jesuítas que, até meados de setecentos, deram corpo à implementação do modelo escolar no nosso país. Cada um destes colégios estava organizado de forma funcional, como “uma instituição global”, em que se dava uma atenção plena aos estudantes, organizados em classes relativamente homogéneas. A rede destes colégios dominou o ensino de nível secundário em Portugal. As reformas pombalinas substituíram os colégios pelas aulas, com disciplinas independentes umas das outras, e em que a relação pedagógica se alterou, passando a existir um vínculo pessoal de cada professor com o grupo de alunos que frequentava as suas sessões. A crença iluminista na razão conduziu Pombal às reformas de 1759 e 1772 e à definição e consolidação das formas públicas de governo do ensino, à escala do país. Esta configuração dos estudos menores manteve-se até 1836, quando Passos Manuel criou os liceus em Portugal. O processo de implantação da rede liceal foi lento e atribulado. Até ao final do século sucederam-se as reformas e as recomposições curriculares, mas os liceus apenas concentraram as disciplinas avulsas que tinham tido origem na reforma pombalina. O liceu era um edifício onde coabitavam professores e

alunos, sem que houvesse coordenação das suas actividades. Aliás, é bem expressivo o facto de o número de alunos internos dos liceus ser bem menor do que o número de alunos externos que realizaram provas de exame, evidenciando a importância que o ensino particular e doméstico assumia no panorama educativo nacional.

Em 1894-95 ocorreu a Reforma de Jaime Moniz, considerada a “refundação do ensino liceal”, que instaurou o sistema de classes e elaborou um currículo em que os saberes se distribuíam de forma articulada e graduada por anos ou classes, matriculando-se os alunos também por ano ou classe. Havia, pois, uma articulação no plano de estudos, que se prolongava na elaboração dos programas das diferentes disciplinas, as quais deviam corresponder, em cada classe, ao grau de desenvolvimento mental do aluno. Estava-se perante um currículo de natureza moderna, que compunha um dispositivo complexo, incorporando cinco dimensões estruturantes: o manual escolar, pois esta reforma vai introduzir o livro único; o horário escolar, que expressava as preocupações da emergente investigação médico-psico-pedagógica sobre os alunos e a necessidade de exercer o controlo do tempo para promover a ritualização e a formalização das condutas; a organização da prática pedagógica, expressando-se o ensino e a aprendizagem por métodos activos, com recurso a materiais didácticos modernos; um novo enquadramento dos deveres dos alunos e de administração da disciplina escolar, que vinculava directamente a conduta do aluno à avaliação; os exames, cujo número se alargou, seguindo a tese que a avaliação era um instrumento de pressão sistemática sobre o aluno, motivando-o para o trabalho. Esta reforma teve efeitos evidentes na população escolar, crescendo de forma significativa o número de alunos inscritos no ensino oficial e conquistando claramente terreno, até aos anos trinta do século XX, ao ensino particular e doméstico. Nas duas décadas seguintes, o ensino particular ganharia novo alento, face à política de contenção dos liceus oficiais desenvolvida pelo Estado Novo, equilibrando-se em número e percentagem com os alunos dos liceus oficiais. Um outro aspecto que esta obra, em jeito de manual, coloca é o governo dos liceus como prática de “uma certa unidade de escrita”, realçando o papel desempenhado pelos reitores, pelos professores e pelos médicos e visitadoras escolares na educação dos alunos, assim como as formas que usaram para registar o exercício da sua prática profissional relativamente ao controlo desses mesmos os alunos.

A defesa de trabalhos escritos regulares baseava-se na ideia que eles exercitavam as matérias com vantagem e promoviam a concentração nos estudantes. Para tal, foram estabelecidos dispositivos de escrita que se vinculavam a uma matriz biográfica dos alunos e se generalizaram nos liceus e outras instituições educativas: o caderno escolar; o caderno diário; a correspondência inter-escolas; e os trabalhos circum-escolares. Jorge Ramos do Ó dedica-se ainda à institucionalização da educação integral e do semi-internato, convocando vários autores para elucidar estas dimensões do trabalho pedagógico, que visava, em última instância, a autonomia dos educandos.

A obra apresenta ainda outras secções: duas listas bibliográficas; uma antologia de textos; a compilação da legislação e de outras disposições sobre o ensino secundário liceal (1836-1973); e a bibliografia sobre a história do ensino liceal em Portugal, onde Tomás Vallera faz uma resenha do que tem vindo a ser produzido sobre o assunto. O CD-ROM anexo contém vários textos, em formato digital, das reformas.

Versando sobre outra vertente do ensino surgiu, na mesma colecção e no mesmo ano, a obra *Ensino Técnico (1756-1973)*, com CD-ROM anexo, da autoria de Luís Alberto Marques Alves, Pedro Rodrigues de Sousa, Teresa Torrinha Morais e Francisco Miguel Veloso Araújo. Na sua primeira parte, Luís Alberto Marques Alves propõe uma leitura compreensiva sobre a filosofia do ensino técnico, que se desenvolveu num trajecto temporal entre finais do século XVIII e o Estado Novo, numa tentativa de explicitar as questões teóricas e o enquadramento político-ideológico e parlamentar que esteve subjacente às reformas, continuidades e transformações deste nível educativo. Com recurso a expressivas citações e suportando os seus argumentos em bibliografia da especialidade, assume particular pertinência o uso de legislação marcante para o sector, em especial os relatórios publicados e que traçam um verdadeiro panorama do ensino técnico e profissional, da sua evolução, situação e íntima relação com a economia do país, em articulação com a visão dos decisores económicos e políticos, sobre este tema. A segunda parte do texto, da responsabilidade de Pedro Rodrigues de Sousa e Teresa Torrinha Morais, aborda as principais reformas do ensino técnico e dos institutos industriais e comerciais em Portugal, principalmente em Lisboa e Porto, onde se localizaram as principais instituições deste ensino de nível médio e superior. A legislação, com ênfase nos relatórios, continua a ser a principal fonte de informação, assim como os documentos de arquivo das instituições historiadas, cuja evolução é balizada pelos regimes políticos portugueses: Monarquia constitucional, República e Estado Novo.

No final de cada uma das partes, é apresentada a legislação fundamental (de 1852 a 1973), as fontes e a bibliografia principal, assim como anexos com quadros, em que se sintetizam alguns dos temas que balizam teoricamente a primeira parte.

Na economia do texto, regista-se a opção assumida de privilegiar as instituições que protagonizaram a formação profissional de nível médio e superior. Esta perspectiva permite iluminar o funcionamento de instituições que marcaram o passado deste domínio formativo (e que estão na origem de algumas das actuais escolas de referência), mas em contrapartida deixa na penumbra as escolas que configuraram a base do ensino técnico e profissional no país, constituindo uma rede de grande importância (como as escolas de desenho, agrícolas, de artes e ofícios, industriais, comerciais, etc.). O livro contempla ainda uma secção de *Antologia*, composta por frases, passagens de autores ou de leis que realçam a importância do ensino técnico e o elegendam como prioridade nas políticas governativas do país, ordenando-se os excertos pela data da sua publicação. A mesma ordenação foi seguida, depois, na apresentação das citações sobre o ensino técnico nos Debates Parlamentares, sendo estas agrupadas pelos três regimes políticos que lhes estavam subjacentes.

Finalmente, os autores dedicam as últimas páginas à *Bibliografia sobre o ensino técnico em Portugal*, resgatando “alguns trabalhos que o procuram tirar do anonimato ou marginalização em que tem estado a sua investigação, sobretudo quando comparada com outros graus e áreas” (p.131). Para esta situação contribuem, à partida, as condições em que se encontram os arquivos, quer do poder central, quer das escolas, que albergam a documentação relativa a este ensino. Não é possível ter um conhecimento preciso do que existe, pois os documentos não estão tratados (muitas vezes não estão salvaguardados),

mas é inegável a riqueza dos espólios documentais, materiais, bibliográficos e iconográficos das escolas industriais, comerciais e agrícolas. Sublinha-se ainda a importância da componente material destas instituições, onde as oficinas, laboratórios e outros espaços de práticas dos estudantes imperavam e onde foram produzidos muitos trabalhos pelos alunos. Os autores sistematizam os instrumentos de pesquisa que têm à sua disposição, referindo as bases de dados bibliográficas, repertórios, dicionários, catálogos e bibliografias temáticas, assim como a imprensa da especialidade, com destaque para a revista *Escolas Técnicas – Boletim de Acção Educativa* (1946-1973). As estatísticas também ocupam um lugar importante, assim como a legislação, sendo valorizados os relatórios. A par destas fontes documentais, chama-se a atenção para a importância dos debates parlamentares que precederam a promulgação dos dispositivos legais e para o papel das associações industriais, comerciais ou empresariais na definição das políticas educativas, muitas vezes plasmadas nos documentos destas mesmas instituições. Esta secção termina com a referência às quatro dezenas e meia de obras e investigações académicas sobre os diversos tipos de ensino técnico e profissional.

No CD-ROM desta publicação encontramos ficheiros com informação muito relevante. Em “O Ensino Técnico nos Debates Parlamentares” é oferecida ao leitor uma base de dados que abarca os três períodos histórico-políticos já considerados, indicando-se a localização do assunto, o tema em debate, a sua descrição sumária e a identificação das palavras-chave. As “Biografias de Docentes e Dirigentes relacionados com o Ensino Técnico” apresentam os principais actores educativos que trabalharam em escolas, institutos, comissões e legislaturas. São ainda registadas as “Notícias” da revista *Escolas Técnicas – Boletim de Acção Educativa* e digitalizados alguns dos seus artigos. A “Legislação do Ensino Técnico”, entre 1788 e 1984, é sumariada numa base de dados e são disponibilizados os organigramas de algumas reformas e instituições. Finalmente, é apresentada a transcrição do Relatório da Reforma de 1918, documento que assume um lugar central nesta obra.

#### 4. Desenvolvimento, catolicismo e formação profissional nos anos 60

Incidindo sobre o universo do ensino especificamente profissional, Albérico Afonso Costa Alho publicou a sua tese de doutoramento, defendida na Universidade Nova de Lisboa, com o título *F.P.A. – A fábrica leccionada. Aventuras dos Tecnocatólicos no Ministério das Corporações*, em 2008. O autor estuda com detalhe a implementação de uma nova tecnologia formativa, a Formação Profissional Avançada (F.P.A.), que foi desenvolvida com sucesso nos países europeus do pós-guerra e importada para Portugal nos anos sessenta, sob o lema da necessidade de formar uma mão-de-obra especializada para os sectores mais promissores da indústria e constituir a alavanca para a um projecto de desenvolvimento capitalista e tecnocrático, baseado na industrialização e que reclamava a qualificação da população portuguesa. Enquadrada pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, no Ministério das Corporações e Previdência Social, a formação profissional acelerada desenvolveu-se com grande autonomia, entre 1962 e 1973, distanciando-se explicitamente do ensino formal de nível secundário ministrado nas escolas industriais e comerciais e mantendo, sobre o assunto,

uma tensão sustentada com o Ministério da Educação Nacional. Apesar das dificuldades sentidas, em particular com a inexistência dos arquivos fundamentais, que foram destruídos, o autor reconstituiu a rede de centros de formação, nas suas diversificadas valências e significados; analisa a pedagogia, as metodologias (“as progressões”), os espaços e os tempos desta formação; o perfil dos trabalhadores que frequentaram os cursos e as formas como esta formação os marcou; e os formadores, sua origem, preparação e recompensas. Produto das concepções do taylorismo-fordismo, a F.P.A. “não é uma formação qualquer, é um caso à parte de modernidade, é um caso único de rigor organizacional, que investe na prática e certifica a competência, ao contrário do sistema regular de ensino”, configurando uma identidade própria, um “espírito F.P.A.” (p.371).

Tema significativo para a compreensão do Portugal de sessenta, que recupera a memória de um projecto silenciado e pouco conhecido até hoje, este estudo de Albérico Alho tem como uma das vertentes mais interessantes a contextualização da F.P.A. na evolução do próprio regime salazarista/marcelista e a configuração do grupo que lhe deu corpo – a corrente que ele designa como dos tecnocatólicos, a que dedica os primeiros cinco (dos oito) capítulos da obra. Na tentativa de rejuvenescer o regime, estes jovens licenciados serão colocados em novos organismos do Ministério da Corporações. Eles apresentam-se preocupados com as questões sociais, têm uma formação maioritariamente em economia, a sua matriz de referência é o catolicismo social e como postura política defendem um pensamento crítico dentro das fronteiras aceitáveis pelo regime, de que são funcionários e que jamais colocarão em causa. Confortavelmente instalados em alguns dos organismos recentes e melhor financiados do Estado, circulam pelas esferas internacionais e questionam a realidade portuguesa a partir de grelhas de leitura que lhes são fornecidas por estudos dessas entidades externas, como a OCDE ou a OIT. A sua análise da sociedade portuguesa conduziu-os a afirmar o que estava por fazer, escudados nos números e num discurso técnico, pois eles são profissionais que reclamam acção, cumprimento de obras, propósitos, sempre no estreito respeito da hierarquia. As suas referências estavam na tradição social católica e o exemplo a seguir estava na Europa, também ela social, também ela católica, constituída por países desenvolvidos e com uma população escolarizada e formada, uma produção que assegurava níveis de bem-estar a patrões e trabalhadores e uma industrialização significativa. Estrategicamente, os tecnocatólicos não colocaram a questão da democracia, que entraria em conflito com o regime estabelecido. No entanto, ocuparam paulatinamente lugares importantes no aparelho de estado, publicaram os seus estudos nas revistas, boletins e cadernos oficiais. Este grupo organizou-se em torno de Adérito Sedas Nunes e está ligado à afirmação das ciências sociais, neste período, em Portugal, tendo tido na revista *Análise Social* o seu principal veículo de expressão. Eles protagonizaram a implementação das novas políticas sociais, entre as quais se realça exactamente a Formação Profissional Avançada, numa estratégia de verdadeira cruzada pelo desenvolvimento do país.

Socorrendo-se de publicações oficiais, individuais e de associações sindicais e patronais, assim como de legislação, estatísticas, testemunhos orais e fundos arquivísticos dispersos a que conseguiu (dificilmente) aceder, Albérico Alho reconstituiu a narrativa desta formação profissional acelerada e dos seus protagonistas. Os resultados alcançados

ficaram muito aquém dos objectivos delineados inicialmente, no início dos anos sessenta, pelo ministro da tutela – em número de operários formados, pois apenas 25.000 o foram, contra os 450.000 inicialmente apontados; ou em número de centros de formação, pois em 1974 eram apenas 38 centros e tinham sido previstos 350 destes organismos. Mas como realça o autor, não era fácil montar em Portugal uma formação de natureza essencialmente fabril, onde se leccionava como numa fábrica, com a afirmação da disciplina, da hierarquia, do horário rígido, com o cumprimento repetitivo de tarefas, a domesticação dos gestos, o rigor e aprumo do olhar, o treinamento do corpo, a violência do exame, isto é, uma verdadeira educação para a produção. O modelo foi importado na íntegra, mas não foi fácil formar os monitores (que não eram professores) e os formandos eram aprendizes de um ofício, não alunos. A frequência dos cursos era predominantemente de homens, jovens, oriundos do mundo rural, que não conheciam praticamente a mobilidade geográfica, a não ser para cumprirem o serviço militar obrigatório (vivia-se a guerra colonial) e tinham níveis muito baixos de escolaridade; eram vistos pelos técnicos e pessoal dos centros de formação como “gente menor”, sem qualquer treino para as tarefas que os aguardavam, sem urbanidade e sem modos civilizados para habitar a cidade. Era esta a massa humana que a F.P.A. pretendia transformar em operários profissionalizados e certificados, capazes de servir a produção industrial e o desenvolvimento do país. Foi um discurso sobre Portugal, um projecto e, finalmente, uma realidade produzida nos anos sessenta e setenta. Este livro recupera a sua memória, assim como as estratégias de afirmação do grupo que lhe deu corpo e as formas como se concretizou.

### 5. Estudos comparados entre Portugal e o Brasil

A educação comparada tem registado um interesse crescente, situando-se neste campo a obra publicada por Jorge Ramos do Ó e Luís Miguel Carvalho, em 2009, com chancela da editora Educa e que é dedicada à *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960): estudos comparados Portugal – Brasil*. Esta obra é essencial para compreender a configuração do campo educacional nos dois países da lusofonia e a afirmação, em ambos, de um discurso pedagógico similar, apesar de os autores realçarem o fraco relacionamento que encontraram entre os dois lados do Atlântico, pois os actores educativos das respectivas comunidades não estabeleceram laços estáveis com o Outro falante do português. Composta por duas partes, sendo cada uma da responsabilidade de um dos autores, apresentam como traço comum a vinculação a autoridades de referência no campo da pedagogia e às instituições que em países terceiros sistematizaram, produziram e divulgaram um discurso pedagógico que se impôs internacionalmente, a par da consolidação do modelo escolar e da emergência da escola de massas. Assim, o espaço para o exercício da comparação é entre Portugal e Brasil, mas a identidade do campo pedagógico e educativo em ambos os países construiu-se pela apropriação e reformulação de discursos e modelos produzidos nos países considerados desenvolvidos e civilizados de então. Os pensadores revisitados convocam para os seus discursos um aparato teórico, bebido e fundamentado nos pedagogos franceses, suíços, belgas, alemães e norte-americanos (principalmente para o caso brasileiro).

Na primeira parte, Jorge Ramos do Ó dedica-se ao estudo da “criança-problema” e ao seu governo, em Portugal e no Brasil (entre 1880 e 1960), estabelecendo os discursos e práticas que se verificaram nas duas sociedades. Para tal, começa por mapear a sua vinculação teórica e implicações programáticas, revisitando alguns dos autores mais importantes para a sua abordagem. A centralidade do pensamento de Michel Foucault quanto à problemática enunciada realça a influência do filósofo e historiador francês no trabalho e discurso do autor, que convoca também um conjunto representativo de outros investigadores, como Thomas Popkewitz e Nikolas Rose. Nas várias perspectivas interpretativas, os conceitos de governamentalidade e governo de si adquirem grande centralidade, impregnando a economia do texto que nos é dado a ler. O autor estabelece as variáveis estruturais do discurso psicopedagógico moderno, desenhando um roteiro das gerações de pedagogos, médicos e higienistas que elegeram a abordagem psicológica para instaurarem uma nova categoria de escolares – os alunos – e compreender as suas características específicas. Se é significativo o número de casos concretos que são apresentados e se referem a crianças com comportamentos limite (que chamam a atenção por se destacarem da massa de estudantes), define-se um verdadeiro programa de intervenção no meio escolar que aspira ao conhecimento científico dos alunos e proclama uma intervenção rigorosa e orientada para a sua caracterização e definição. Esta forma de intervenção das gerações de pedagogos *psi* vinculava-se às autoridades da época e estava apetrechada com uma panóplia de meios para medir os corpos e as almas dos alunos que frequentavam a escola. Conhecer para agir, prevenindo as doenças e os desvios de carácter e personalidade dos alunos, era um desiderato que se inscrevia no programa desta corrente, mas que colocava como seu objectivo uma missão mais ambiciosa: atingir a alma do aluno, promovendo o governo de si, a auto disciplina e a autonomia. Os defensores dos regimes de auto-governo do aluno constituem um leque variado, mas destacamos aqui os exemplos de Adolfo Lima e de António Sérgio, este com a sua *Educação Cívica* (1915).

Na última parte do texto, identificam-se, nos dois países lusófonos, as formas de institucionalização do conhecimento psico-pedagógico dos alunos, no período considerado, visando uma acção e regulação social. Destaca-se a emergência de uma “nova corporação de actores”, como os médicos e psicólogos, treinados na gestão de pessoas e que, a partir da administração pública, se assumem como detentores de um saber exclusivo sobre este universo temático. No Brasil, estas preocupações traduziram-se na criação de instituições de apoio à infância (asilos, creches, jardins de infância), mas também na necessidade de examinar e inscrever em registos próprios (ficha ou cadastro psico-antropométrico) as características psico-físicas da população escolar, que se vincularam principalmente à acção desenvolvida nas escolas normais. Particularmente interessante, é apresentada a obra *Criança problema*, de Artur Ramos, pela diversidade de dados que recolheu no seu trabalho, englobando um número muito significativo de alunos. Em Portugal, a institucionalização da médico-pedagogia, no início de noventa, veio acompanhada com a atribuição de inspeccionar as condições higiénicas dos edifícios que albergavam as escolas e devia incidir também sobre todos os alunos. Em articulação com o reforço da introdução da ginástica, determinavam-se os meios e processos para um registo padronizado das características de cada aluno, pretendo-se o conhecimento real

do conjunto da população discente liceal, através de uma bateria de instrumentos para o registo das suas características físicas e psíquicas. Será já com o Estado Novo que são criadas as figuras das enfermeiras ou visitadoras escolares, numa estratégia que pretendia principalmente atingir a “saúde da alma e o fortalecimento da vontade do aluno”, combatendo-se os “hábitos viciosos” e o “estado de espírito doentio”. Na relação do médico escolar com os alunos, a confissão passa a ocupar um lugar determinante, pois esta era “entendida como uma condição para a introspecção” (p. 100). Concomitantemente, foram também aplicados testes diversos e efectuada a medição da inteligência, seguindo os padrões científicos internacionais, mas em que dominava principalmente o treino da vontade do aluno e o exercício do governo da alma pelo próprio.

Na segunda parte da obra, Luís Miguel Carvalho estuda a circulação do conhecimento educacional, desenvolvendo os seus argumentos em três incursões: a circulação e estruturação deste conhecimento na imprensa de educação e ensino; a comparação de duas revistas de educação e ensino, uma brasileira e outra portuguesa, no período de 1920 a 1935 (em colaboração com Jaime Cordeiro); e o processo de circulação da “ginástica de Ling” nas primeiras décadas do século XX, ancorando-se para tal no conceito de estrangeiro indígena, como T. S. Popkewitz o formulou. Previamente, esta parte do livro inicia-se com o estabelecimento dos cenários teórico e histórico do tema, em que traça o estado da arte relativamente aos estudos comparados e ao processo de produção e difusão do conhecimento educacional, a par da consagração da escola de massas no período considerado. Uma das problemáticas mais interessantes revela-se na articulação entre o nível local e global e as formas como os actores locais se apropriaram e reinterpretaram os discursos educativos que circularam internacionalmente, a partir dos seus lugares de produção (associações, pensadores, dirigentes que se expressam na arena educativa internacional, em artigos de imprensa, exposições e feiras internacionais, congressos e demais modalidades de afirmação e divulgação). Há uma estratégia explícita de expansão, que assume uma configuração homogénea e é percebida como uma referência, localizada no mundo civilizado e desenvolvido, que se expande de forma transnacional e relativamente à qual os educadores locais se posicionam, convocando-a nas propostas, diversificadas, que apresentam para a sua realidade específica.

Seguidamente, Luís Miguel Carvalho reflecte sobre a configuração do conhecimento educacional na imprensa pedagógica, realçando “que ele é um produto híbrido de um cruzamento multidireccional de ideias” e não um elemento do “processo de conformação do local ao global ou do nacional ao Ocidental”. Este conhecimento é um “objecto-produto de comunidades (em formação) que atribuem sentidos e destinos aos factos educativos”, fazendo-o num quadro de “relações de poder, no seu interior e com o seu exterior, pelas quais são constituídas e pelas quais se constroem” (p.189). Assim, importa conhecer os perfis sócio-biográficos dos autores, editores e colaboradores, a forma como contribuíram para as revistas (tema, dimensão e tipologia dos artigos que assinaram) e as organizações que foram utilizadas nas notícias e artigos e que marcaram o projecto editorial em causa. Num terceiro momento, o texto incide sobre a análise sistemática do periódico *Educação*, editado no Estado de S. Paulo, Brasil, e da *Revista Escolar*, publicada em Portugal, seguindo aqueles critérios. Em ambas as revistas realça-se a recepção e difusão

de modelos de modernização pedagógica, a constituição de um campo de especialistas e a produção de um discurso pedagógico especializado; também se consideram as suas referências internacionais, nomeadamente os autores mobilizados, os títulos, as organizações, as áreas do saber e os países citados; finalmente, constata-se que apesar de muitos aspectos semelhantes, cada uma das publicações concedia muito pouca atenção ao Outro que falava a mesma língua, apesar de ambas conferirem grande centralidade à agenda programática proveniente de Genebra e aos trabalhos desenvolvidos por Decroly, na Bélgica. Apesar de afastadas entre si, as duas revistas comungavam de um “esperanto educacional”, marcado pela Educação Nova e que circulava internacionalmente na Europa e América. O último capítulo desta parte é dedicado à circulação da “ginástica de Ling” nas primeiras décadas do século XX, reconstituindo a sua introdução em Portugal e no Brasil a partir de documentos legais e obras de vários autores que se dedicaram ao tema da educação física, estabelecendo os debates, controvérsias e alianças que ocorreram na implantação desta componente curricular. O discurso é organizado a partir do conceito de estrangeiro indígena, de forma a compreender-se o jogo entre as propostas locais e a apropriação do modelo global sueco na instauração deste novo campo nos sistemas educativos de ambos os países, num processo marcado por atribuições diversas.

## 6. Um estudo no âmbito da história social da educação

O livro *Para uma história social do professorado primário em Portugal no século XX. Uma nova família: o Instituto do Professorado Primário Oficial Português*, da autoria de Margarida Louro Felgueiras (2008), publicada pela editora Campo das Letras, começou, como outras aqui recenseadas, por ser uma tese de doutoramento, apresentada, no caso, alguns anos antes à Universidade do Porto. Trata-se de uma obra dedicada ao estudo de uma instituição resultante, em parte, da iniciativa do movimento associativo dos professores de instrução primária, embora tivesse sido enquadrada, posteriormente, pelo poder político. A fundadora foi a professora Amália Luazes, que manteve uma relação marcada pela cumplicidade, mas também pela tensão, com a União do Professorado Primário Oficial Português, que reclamava algum controlo sobre a instituição. Com finalidades simultaneamente assistenciais e educativas, o Instituto tinha inicialmente por finalidade acolher filhas de professores primários tendo em vista a sua educação. Originalmente fundado em Lisboa, em 1916, o Instituto criou, posteriormente, uma secção masculina na mesma cidade e uma secção feminina no Porto. Em 1932, na transição da Ditadura Militar para o Estado Novo a instituição passou a ser designada por Instituto Sidónio Pais, ficando então dependente do Director-Geral do Ensino Primário. Após uma vida longa de sete décadas e meia, foi extinto em 1991, já em plena democracia.

Esta obra de Margarida Felgueiras é notável em vários sentidos. Uma parte da pesquisa situa-se numa área que tem sido pouco cultivada em Portugal, não obstante o pioneirismo de António Nóvoa, em *Le Temps des Professeurs*, a história social da educação. A parte do trabalho dedicada às jovens e aos jovens que viveram vários anos da sua vida escolar como internas e internos do Instituto é exemplar, designadamente pelo tratamento estatístico a que se procede. A partir da documentação arquivística das várias

secções do Instituto, a autora procura traçar o quadro das origens geográficas, sociais e familiares dessa população, enriquecendo, por essa via, o conhecimento disponível sobre as origens sociais dos professores de instrução primária.

Particularmente interessante é, igualmente, a parte do trabalho que toma como objecto de estudo a vida organizacional do Instituto. Recorrendo a autores diversos (Foucault e Maffesoli, entre outros), Margarida Felgueiras intenta captar o “ethos” ou “espírito” da instituição, descrevendo o quotidiano das vivências no internato, os espaços em que tudo acontecia, as regras e as relações de poder estabelecidas, os rituais identitários, as sociabilidades e as manifestações de resistência, bem como as práticas dos diversos actores envolvidos. Uma parte das informações de que a autora se serve para construir a narrativa resulta dos testemunhos orais que obteve, mas também da observação dos espaços. “Uma grande família” é a principal metáfora que procura expressar, na voz daquelas que o sentiram, o espírito da “casa”. A atenção aos actores está, igualmente, presente na biografia de Amália Luazes que podemos encontrar noutra parte do trabalho. As fontes são, no conjunto e como deixámos entrever, muito diversificadas: textos legais e regulamentares, imprensa diária e pedagógica, dados estatísticos, testemunhos orais, resultantes de 30 entrevistas, e, ainda, fontes iconográficas e materiais.

## 7. Um tema diferente: o protestantismo e a educação em perspectiva histórica

Queremos, neste ponto, chamar a atenção para o interesse e originalidade da obra de José António Martin Moreno Afonso (2009), *Protestantismo e educação. História de um projecto pedagógico alternativo em Portugal na transição do séc. XIX*, editada pela Universidade do Minho no mesmo ano, onde fora apresentada como tese de doutoramento. Numa área ainda bastante por explorar, a da relação histórica entre as confissões religiosas (e respectivas igrejas) e a educação, mesmo no que se refere à religião maioritária, a católica, o autor procurou dar visibilidade às iniciativas e ao projecto educativo das comunidades protestantes, na sua diversidade, que se estabeleceram em Portugal num período caracterizado pela construção da modernidade escolar, mas, também, pelos ideais de regeneração de um país marcado pelo estigma da decadência, visível tanto nos planos da literacia como da moralidade. Segundo José António Afonso, o modelo educativo protestante procurou compatibilizar “uma emancipação racionalista com a compreensão cristã do mundo” (p.304). A finalidade de regenerar os cidadãos por via da sua evangelização não surgia, nessa óptica, como sendo inconciliável com o contexto mais amplo de uma sociedade secularizada. Este amplo projecto de regeneração moral era dirigido a dimensões distintas da vida de cada um, articulando família, estudo, trabalho, ciência e fé, naquilo que o autor designa como sendo “um ciclo virtuoso” (p.31) e que conhece expressão em iniciativas diversas que passam, entre outras, por Escolas Diárias, Escolas Dominicais, Uniões Cristãs ou Ligas de Esforço Cristão, dirigidas tanto à alfabetização como à educação religiosa, passando pela formação profissional.

Uma ideia forte bem presente no texto é a de que estamos aqui perante “um projecto pedagógico alternativo” o que, podendo parecer discutível, passava por uma relação diferente do humano com o religioso, de ressonância secular, mas, particularmente,

pela elaboração de um vasto “programa de educação integral”, que incluía actividades artísticas, culturais, desportivas e recreativas, parte delas ao ar livre, como as decorrentes do escutismo, no âmbito de um ensino que se pretendia racional e prático, com recurso frequente às “lições de coisas” e utilizando manuais alternativos. No que diz respeito às fontes utilizadas, em grande medida oriundas e à guarda das congregações estudadas, merecem destaque um conjunto amplo de títulos da imprensa, documentação impressa, como relatórios, regulamentos, actas de congressos, catecismos, livros de oração e outros livros religiosos, literatura de índole diversa (estudos bíblicos, biografias, novelas, contos, obras edificantes e de propaganda, etc.) para além de documentação manuscrita existente nos arquivos históricos das paróquias, como livros de actas, de matrículas, de baptismo ou de casamento. Só esta enumeração, e o tipo de arquivos consultado, dão conta da novidade que, a este propósito, este trabalho encerra.

### 8. A produção de instrumentos de pesquisa

A obra *Publicações periódicas do Ministério da Educação. Repertório analítico (1861-2009)*, da autoria de Carlos Manique da Silva (2010), uma edição virtual da Universidade do Porto, produzida no âmbito de um pós-doutoramento, vem prosseguir o esforço, desenvolvido em particular por António Nóvoa, de publicação de instrumentos de apoio aos investigadores. Esta é, de resto, uma obra que se assume como complementar da inestimável *A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX-XX)*, inclusivamente no formato (ainda que adaptado) das fichas de título da imprensa. O repertório analítico elaborado por Carlos Manique da Silva “resulta da selecção de jornais e revistas publicados sob a responsabilidade editorial dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação” (p.7) e conduziu à elaboração de 84 fichas de títulos da referida imprensa, cada uma delas com a respectiva referência bibliográfica e cotas nas principais bibliotecas do país, para além de informações sobre a periodicidade, responsáveis, colaboradores, objectivos da publicação e uma súmula do seu conteúdo. No final do volume electrónico, encontramos um conjunto vasto e útil de índices, a saber, temático, de directores e editores, onomástico, geográfico e cronológico.

### 9. A construção da modernidade escolar em Portugal

Não é fácil integrar duas das obras que aqui nos ocupam em rubricas muito específicas, já que elas representam, acima de tudo, um esforço para pensar, de forma articulada e global, o período que representa, em certa medida, a modernidade educativa portuguesa, pelo menos, a modernidade possível. Em tempos de especialização, a complexidade desta tarefa é inquestionável, sendo, por isso, francamente de elogiar os produtos resultantes do labor de dois dos mais produtivos historiadores portugueses da educação.

Pensamos, em primeiro lugar, na última obra de António Candeias (2009), *Educação, Estado e Mercado no século XX. Apontamentos sobre o caso português numa perspectiva comparada*, editada pela Colibri, originalmente um relatório de provas de agregação

apresentado à Universidade Nova de Lisboa, e que combina as análises histórica, política, sociológica e económica, num texto de síntese de um conjunto de pesquisas e reflexões a que o autor se dedicara, nos últimos anos, até ao seu desaparecimento precoce, em torno do problema da construção da modernidade escolar em Portugal, em particular no que se refere à especificidade dos processos de alfabetização e de escolarização, parte das vezes numa perspectiva comparada. Neste esforço António Candeias propõe-se pensar a articulação daquelas que são, na sua óptica, três das entidades fundamentais da modernidade: “o Estado-nação contemporâneo, o novo tipo de mercado nascido do parto industrialista e os Sistemas Educativos actuais” (p.7). Embora recuando às raízes da modernidade, na busca da génese dos sistemas educativos contemporâneos, o autor concentra-se no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, chegando até aos dias de hoje. O percurso inclui uma vasta revisão da literatura teórica acerca de problemas, conceitos e temas tão diversificados como modernidade, Estado-nação, Estado-Providência, legitimação política, dicotomia liberdade-disciplina, modo de regulação, crescimento económico, capital humano, mobilidade social, neoliberalismo, globalização, sistema educativo, socialização, massificação, alfabetização e escolarização, entre outros.

Uma das principais teses de António Candeias tem que ver com o que considera ser a deslocação do papel tradicional do Estado nos sistemas educativos, o da gestão directa do sistema, para um papel de “monitorização” e de garante da existência e credibilidade de um “sistema”, complementando, assim, a “sociedade civil”. Concluindo, de forma polémica, mas instigante, a sua tese o autor afirma:

A ideia de que a acção do Estado na educação como no resto é discutível e deve ser discutida é um legado fundamental dos últimos anos, uma prenda inesperada por parte do «neoliberalismo», que obrigou os que lhe eram estranhos a terem de pensar sobre os fundamentos do que durante anos defenderam de forma quase mecânica, e como tal, revelou-se fundamental para o reavivar da discussão política em torno do único mecanismo de socialização de «espécie» verdadeiramente característico da Modernidade, ou seja, os Sistemas Educativos contemporâneos. (p.158)

A segunda obra a que nos referíamos, no início deste tópico, é da autoria de Justino Magalhães (2010) e tem por título *Da cadeira ao banco. Escola e modernização (séculos XVIII-XX)* e foi editada pela Educa. Trata-se de uma visão de conjunto, ambiciosa e profunda, dos processos de escolarização da sociedade portuguesa num período amplo que vem de meados do século XVIII a meados do século XX. Com base num vasto *corpus* bibliográfico e documental, o autor procura, tendo como referência o caso português, teorizar sobre a complexa relação entre educação e sociedade no contexto da modernidade, enfatizando e relacionando processos como a alfabetização e a escolarização, a difusão de uma cultura escrita, a formação de uma mente letrada, a construção da pessoa humana ou a instituição do estado-nação e da cidadania.

Na ausência de uma teoria geral constitutiva e evolutiva do educacional português, o presente estudo integra o político, o social, o cultural, o pedagógico, o ético; articula o transversal, o nacional, o local; hierarquiza e sequencia o histórico-geográfico;

constrói uma periodização. Discurso interpretativo e argumentativo, a narrativa historiográfica contém o repertorial, o cronológico. (p.99)

No âmbito do referido esforço de teorização, é de assinalar a elaboração de um modelo explicativo que o autor designa habitualmente por via da expressão “ciclos histórico-educacionais” ou, noutro momento, como “complexos histórico-pedagógicos”, aqui por analogia com o modelo dos “complexos histórico-geográficos”, de inspiração braudeliana, elaborado por Vitorino Magalhães Godinho nos anos 60. São quatro os ciclos identificados por Justino Magalhães: “estatalização”, “nacionalização”, “governamentação” e “regimentação”. Através desse modelo, o autor procura pensar, de forma articulada e global, a complexidade e multi-dimensionalidade dos processos educativos e sociais, imaginando uma sucessão de etapas em que as que se seguem integram características das anteriores. A busca de uma lógica, de um sentido, não o conduz, assim, nem a uma teleologia nem a um formalismo estruturalista. Mesmo que a construção, como todas, seja discutível, a densidade histórica de cada um desses ciclos, bem como a solidez da sua base empírica, são inquestionáveis.

O ciclo da “estatalização” corresponde às transformações ocorridas durante o absolutismo reformista (as reformas pombalinas, em particular) e prosseguidas na primeira fase do nosso liberalismo: “a instrução tornou-se matéria pública e foi assumida pelo Estado” (p.104), um processo que continuará a ser aprofundado, mesmo quando questionado, de alguma maneira, na crise da modernidade. Foi construído um embrião de sistema de ensino, esboçada uma rede escolar e criados os primeiros órgãos, ainda incipientes, tendo em vista o seu controlo por parte do Estado, que assume, por exemplo, a selecção e o pagamento dos mestres e professores régios.

O ciclo da “nacionalização” intenta destacar “o sentido instituinte da instrução pública na (re)invenção liberal da identidade pátria” (p.166). A cultura escolar liberal assumiu como seu desiderato principal, tanto por via das matérias inseridas no currículo (língua materna, história pátria, geografia, entre outras) como das práticas educativas fomentadas (rituais identitários, por exemplo), a construção simbólica da nação. Liberalismo, romantismo e educação nacional surgem, assim, em estreita articulação. As fases subsequentes (republicana e salazarista) conduzirão a uma deriva, num sentido cada vez mais estritamente patriótico, desse processo.

O ciclo da “governamentação”, cujo ponto de partida o autor localiza no terceiro quartel do século XIX, ainda em contexto liberal, procura “traduzir a substância e o sentido evolutivo com vista a uma administração (orgânica, burocrática e hierárquica) da instituição educativa” (p.241). A estruturação do sistema educativo torna-se gradualmente mais sólida e coerente, mas também se aprofunda a sua segmentação. São produzidos regulamentos para os vários subsistemas de ensino, complexifica-se a administração e a inspecção e normaliza-se a escrituração escolar. Este é, convocando outra perspectiva, um período decisivo no que diz respeito à construção do modelo escolar de educação, simbolicamente expressa, no nosso caso, tanto pela inauguração das primeiras escolas centrais (graduadas) como pelo projecto subjacente à reforma liceal de Jaime Moniz.

Finalmente, o ciclo da “regimentação” significou um mais intenso “condicionamento e vínculo entre escola e regime político, determinante com a República e prolongado pelo Estado Novo” (p.349). Embora estejamos perante regimes políticos claramente diferenciados, em ambos os casos a ideologia impregnou intensamente a respectiva cultura escolar. Isso é bem visível na “educação republicana”, que acalentava o ambicioso projecto de formar um “homem novo”, o cidadão republicano e patriota, pondo, para tal, de pé, no âmbito escolar (e não só), um conjunto vasto de dispositivos, que vão da presença da educação cívica no currículo à dinamização de rituais cívicos. Essa presença da ideologia na escola é ainda mais declarada na “educação nacional” salazarista, durante a qual se verificou, nas palavras do autor, a “sedimentação de um passadismo folclórico e ruralizante, de teor saudosista, conservador e autárcito, alicerçado no núcleo Deus, Pátria, Família” (p.95).

Para além do modelo anteriormente apresentado, que é transversal a toda a obra, é impossível dar conta da riqueza, diversidade e ampla erudição presentes no conteúdo das suas cerca de 600 páginas. Destaquemos, apenas, mais uma das preocupações centrais do autor, tal como se expressa no conceito de “município pedagógico”, através do qual Justino Magalhães procura sublinhar o papel educativo desempenhado, em alguns momentos, por determinados municípios, em articulação dialéctica com os processos de “estatalização” e de “governamentação” anteriormente apresentados, mas que não anularam dinâmicas locais. O exemplo mais emblemático é a intensa actividade educativa desenvolvida pelo município de Lisboa nas décadas de 70 e 80 do século XIX.

## 10. Conclusão

O percurso que aqui efectuámos pelas publicações mais recentes no campo da história da educação constitui um roteiro de leituras pelas obras editadas, mas não queremos deixar de fazer referência a outros trabalhos académicos, que não foram mobilizados para este texto, mas têm vindo a ser desenvolvidos nos programas de pós graduação e no âmbito de projectos de investigação em curso. Eles constituem potenciais textos a editar e a ocupar o seu lugar nas redes de circulação do conhecimento científico produzido, esperemos que num tempo breve.

No conjunto das obras analisadas, destacam-se os estudos sobre a história das disciplinas escolares, com quatro títulos, apresentando perspectivas originais sobre este campo, que iluminam zonas que tinham permanecido na obscuridade e que abrem potenciais caminhos para o desenvolvimento de linhas de investigação no futuro. As três publicações sobre a profissão docente e a formação de professores reflectem a centralidade do tema e os debates que hoje atravessam o campo educativo, colocando a necessidade de aprofundar a compreensão histórica destas duas vertentes, reflectir sobre a situação presente e pensar criativamente o futuro dos professores e da sua formação. Também os livros sobre os dois tipos de ensino secundário (liceal e técnico, este último situando-se numa linha flutuante entre o ensino secundário e o ensino médio/superior) apresentam ideias que têm vindo a consolidar-se no processo de compreensão da expansão e consolidação do sistema educativo português, a partir da perspectiva da acção do Estado. É também na perspectiva das políticas

públicas e dos seus protagonistas que se coloca o estudo sobre a formação profissional avançada da população adulta, numa orientação desenvolvimentista e tecnocrática para o país. Os estudos comparados entre Portugal e Brasil, sobre a circulação do conhecimento psicopedagógico moderno, a proposta educativa dos grupos protestantes como programa alternativo de ensino, a produção de um novo instrumento de pesquisa relativo à imprensa pedagógica e a história social da educação, por via do estudo do professorado português e suas formas de organização, constituem também quatro exemplos da vitalidade da investigação que tem vindo a ser desenvolvida e dos novos campos que com ela se têm consolidado de forma científica. Contudo, é a construção da modernidade escolar em Portugal, central em duas publicações, de António Candeias e Justino Magalhães, que se apresentam como as leituras mais desafiantes para a compreensão da nossa situação como comunidade e como educadores.

Curiosamente, estas publicações abarcam temas que se situam num arco temporal longo, marcado pela modernidade e pela contemporaneidade, entre o século XVIII e os tempos actuais. As fontes utilizadas nos diversos conjuntos documentais são muito variadas e cobrem praticamente todo o leque de documentos e respectivos suportes que os historiadores hoje têm à disposição para construir a sua produção científica, o que demonstra a riqueza do material que foi analisado, a par da diversidade de percursos seguidos na investigação e dos quadros de referência teórica que lhe estão subjacentes. Globalmente, estes dezasseis títulos representam uma produção significativa de comunidade portuguesa de historiadores da educação, considerando-se que é uma comunidade numericamente pequena, dispondo de apoios escassos para a investigação, mas que revela nestes estudos a persistência e a criatividade com que tece os caminhos da sua própria história.

### Referências

- AFONSO, José António M. M. *Protestantismo e educação*. História de um projecto pedagógico alternativo em Portugal na transição do séc. XIX. Braga: Universidade do Minho, 2009.
- ALHO, Albérico Afonso Costa. *F.P.A. – Afábrica leccionada*. Aventuras dos Tecnoatólicos no Ministério das Corporações. Porto: Profedições, 2008.
- ALVES, Luís Alberto Marques et al. *Ensino Técnico (1756-1973)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009.
- CANDEIAS, António. *Educação, Estado e Mercado no século XX*. Apontamentos sobre o caso português numa perspectiva comparada. Lisboa: Edições Colibri, 2009.
- FELGUEIRAS, Margarida L. *Para uma história social do professorado primário em Portugal no século XX*. Uma nova família: o Instituto do Professorado Primário Oficial Português. Porto: Campo das Letras, 2008.
- HENRIQUES, Raquel Pereira. *Discursos legais e práticas educativas*. Ser professor e ensinar história (1947-1974). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010.

MAGALHÃES, Justino. *Da cadeira ao banco*. Escola e modernização (séculos XVIII - XX). Lisboa: Educa, 2010.

NÓVOA, António. *Professores: Imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa, 2009.

Ó, Jorge Ramos do; CARVALHO, Luís Miguel. *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1880-1960): estudos comparados Portugal - Brasil*. Lisboa: Educa, 2009.

Ó, Jorge Ramos do. *Ensino liceal (1836-1975)*. Lisboa: Secretaria-Geral do Ministério da Educação, 2009.

PALMA, Helena Isabel Mercês Palma. *A Matemática na Escola Primária: um olhar sobre o ensino da Matemática nas escolas portuguesas desde o final do séc. XIX até à década de 70 do séc. XX*. Lisboa: Associação de Professores de Matemática, 2008.

PENIM, Lúcia. *A alma e o engenho do currículo*. História das disciplinas de Português e de Desenho no ensino secundário do último quartel do século XIX a meados do século XX. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2011.

PINTASSILGO, Joaquim; MOGARRO, Maria João; HENRIQUES, Raquel Pereira. *A formação de professores em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 2010.

PINTASSILGO, Joaquim et al. *A História das disciplinas escolares de Matemática e de Ciências: contributos para um campo de pesquisa*. Lisboa: Escolar Editora, 2010.

PINTASSILGO, Joaquim; SERRAZINA, Lurdes. *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores*. Arquivo, História e Memória. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

PINTASSILGO, Joaquim. História do currículo e das disciplinas escolares: balanço da investigação portuguesa. In: J. PINTASSILGO et al. *A História da Educação em Portugal: balanço e perspectivas*. Porto: Edições ASA, 2007, Cap. 4, p. 111-146.

SILVA, Carlos Manique. *Publicações periódicas do Ministério da Educação*. Repertório analítico (1861-2009). Porto: Universidade do Porto, 2010.

*Recebido em Julho de 2011  
Aprovado em Setembro de 2011*